

ANTONIO DAVID CATTANI*

**COHESIÓN SOCIAL Y POLÍTICAS
PÚBLICAS SIN MOLESTAR
LOS SECTORES DOMINANTES**

DIVINAS PALAVRAS

Algumas palavras, expressões ou conceitos aparecem na linguagem comum e no discurso científico com tamanha naturalidade que parecem espontâneos, correspondendo à designação consagrada de processos ou a avaliações realistas e consensuais. Outras são utilizadas como palavras sagradas, como se possuíssem uma verdade intrínseca ou sentidos inacessíveis aos comuns dos mortais podendo, desta forma, estimular, inibir, condicionar ou legitimar comportamentos. Diante da turba ignara e embrutecida prestes a lapidar sua mulher, Pedro Gailo reverte a situação proferindo teatralmente as *Divinas Palavras*: “*Qui sine peccato est vestrum, primus in illam lapidem mittat.*” (Del Valle Inclán, 1920). Os termos desconhecidos, solenemente proferidos, soam como injunções incontestes.

Naturalizados ou sacralizados, palavras e conceitos transformam-se em dogmas e servem para convencer sem que sejam necessárias explicações cientificamente fundamentadas e sem que a elucidação proposta corresponda à realidade dos fatos. Os exemplos são incontáveis e se multiplicam com velocidade extraordinária em todos os campos do

* Professor Titular de Sociologia, PPG-Sociologia, UFRGS, Porto Alegre. Consultar: <www.antoniodavidcattani.net>.

conhecimento e das práticas sociais. Alguns são clássicos e universais: progresso, modernidade, democracia, termos inquestionavelmente positivos, cujo sentido parece ser unívoco e aprovado por todos. Outros são mais recentes e possuem um alcance limitado a esferas específicas da vida econômica ou governamental: empregabilidade, capital humano, responsabilidade social empresarial, déficit orçamentário, boa governança etc. Mas, em ambos os casos, utilizados pelo senso comum ou pelo *mainstream* ideológico, essas palavras ou conceitos podem traduzir valores e práticas cujos desdobramentos estejam distantes da verdade e do bem comum. A linguagem não é inocente e, tampouco, os conceitos empregados para descrever e significar fenômenos complexos envolvendo interesses divergentes ou antagônicos das classes sociais. Contra a naturalização e contra o dogma, mais do que nunca se faz necessária a crítica teórica e conceitual.

COESÃO SOCIAL: UM CONCEITO EQUIVOCADO

O título deste ensaio é uma pergunta cuja resposta é categórica: em contextos de desigualdades socioeconômicas profundas, sem a modificação da estrutura do poder, sem fazer com que as classes abastadas contribuam efetivamente para o bem comum, não é possível a coesão social nem a concretização de políticas públicas de promoção da equidade.

Etimologicamente, o termo do latim revela seu significado essencial: *cohaesus* significa ficar junto, estar unido, aderir a algo, união de partes de uma mesma substância. Na linguagem contemporânea, o termo em português ou espanhol guarda o mesmo sentido: “cohesion” é definida, em geral, como a “unión y relación adecuada de todas las partes que forman un todo”.

Acrescentando o adjetivo social, o sentido é bem preciso: “cohesion social” “Unión y relación harmónica de todas las clases de una sociedad”. O adjetivo harmônico cria uma expressão pleonástica, pois união pressupõe consonância. Ocorre aqui, a junção de “divinas palavras”: *Coesão*, conceito positivo remetendo não à natureza das coisas, mas a atos voluntários para assegurar a vida em comum, em outras palavras, para garantir o processo civilizatório; *Social*, termo relativo à indispensável vida em sociedade. Coesão social aponta para um horizonte desejável, para a possibilidade de vivermos juntos sem que haja a guerra de todos contra todos.

Porém, cabe analisar se a expressão está associada a reais possibilidades proporcionadas pela sociedade capitalista no quadro da democracia representativa ou se ela é apenas uma expressão insidiosa ocultando processos de dominação. O histórico deste conceito pode ser útil neste sentido.

As possibilidades da vida em sociedade atendendo aos interesses de todos ou de alguns segmentos minoritários (elites, aristocracia, grandes proprietários), foi objeto de preocupação dos filósofos clássicos aos principais pensadores sociais dos séculos XVIII e XIX, dos primeiros sociólogos aos filósofos contemporâneos. De Locke e Hobbes passando por Hume, John Stuart Mills, Charles Taylor, Rawls e Sen, filósofos, cientistas políticos, economistas, acadêmicos ou livres pensadores tentaram responder à questão de como é possível viver em sociedade em paz, em harmonia e, sobretudo, com justiça.

Com as mesmas preocupações de Locke e Hobbes, Jean-Jaques Rousseau estabeleceu um profícuo patamar de discussão em torno do “contrato social” regido pela obediência às leis civis livremente definidas pelo povo e com vistas ao interesse geral. Variações desta discussão foram retomadas por Kant, quando na sua filosofia moral analisa as possibilidades de autonomia do sujeito.

O debate sobre as possibilidades do contratualismo justo incluía questões relativas ao papel do estado, às liberdades cívicas e econômicas e, num sentido mais amplo, remetia às questões práticas das sociedades que diziam respeito à educação, às diferenças de classes, ao conflito entre obediência legal e afirmação do direito à resistência.

Em face deste quadro, a utilização do conceito de coesão social representa um retrocesso teórico e político. Ele aparece claramente definido na obra do sociólogo Emile Durkheim *A divisão do trabalho social* (1893). Na sua formulação original e na sua utilização por sociólogos como Raymond Aron ou Raymond Boudon, o conceito está associado a uma perspectiva de ação política que recusa a mudança social e se opõe à luta de classes ou seja, a propostas conservadoras e conformistas.

Preocupado em normatizar o melhor dos mundos possível, Durkheim vê na divisão do trabalho social a manifestação da solidariedade possível entre indivíduos e da consciência coletiva, isto é, o conjunto cultural de valores morais e de princípios normativos de interesse coletivo. Sua referência é um mítico *ancien régime* corporativo, no qual não haveria a presença do estado, dos conflitos de classe e do domínio da lógica da acumulação sem limites do capital.

O pensamento de Durkheim influenciou as primeiras políticas sociais da social-democracia europeia. Levadas ao cabo por medidas governamentais dentro dos quadros do Estado-nação, as ações reformistas buscavam o equilíbrio e o bom funcionamento da sociedade sem romper com os direitos de propriedade e as regras do mercado capitalista. Essa perspectiva essencialmente europeia utiliza outras expressões tais como “tecido social” e “laço social” proveniente de uma concepção funcionalista que entende a sociedade como uma

espécie de pano composto por fios homogêneos e entrelaçados numa ordem precisa e unitária. A metáfora têxtil é medíocre, pois a sociedade é, obviamente, muito mais complexa, sendo composta por agentes em diferentes situações e condições e mobilizados por princípios e lógicas diversas.

Forjado no final do século XIX numa época marcada pelo agravamento das questões sociais e dos conflitos trabalhistas, o conceito de coesão social reaparece cem anos depois também num momento crise. A preocupação com o aumento do desemprego e com as situações de degradação social provocadas pelas políticas neoliberais fez com que ele tenha sido re-introduzido nas políticas sociais europeias para orientar os chamados “Fundos Estruturais” criados no final dos anos oitenta.

Em documentos oficiais da União Européia dos anos noventa e dois mil, a coesão social aparece definida como a capacidade de assegurar o bem estar de todos, minimizando disparidades e impedindo polarizações. Uma sociedade coesa é entendida como uma “comunidade de ajuda mútua” constituída por indivíduos livres e iguais buscando atingir objetivos comuns.

Esta concepção não contempla nenhuma referência a medidas distributivas mais consequentes e está pensada nos quadros do mercado concorrencial, no qual o Poder Público deixa de ser o principal responsável pelo *Welfare State* e assume um papel subserviente às estruturas econômicas, dominadas pelas grandes corporações no quadro da divisão internacional do trabalho. E, sobretudo, ela consolida os direitos da grande propriedade que asseguram a manutenção dos privilégios de segmentos minoritários das classes abastadas.

É interessante observar que, além da utilização pragmática do conceito no contexto cultural e político europeu, inúmeras fundações de ajuda aos países economicamente subdesenvolvidos, utilizam a coesão social como ideal norteador para políticas sociais específicas na área da saúde e da assistência social, mas, jamais, associadas às questões cruciais relativas à distribuição de terras, ao controle da propriedade ou à justiça tributária. O verniz intelectual e progressista associado a este conceito se presta plenamente à realização de colóquios e seminários que fazem a ponte entre a academia e os movimentos sociais.

Resumidamente, este conceito não é neutro: a) tem história intelectual e política precisa, b) corresponde a um projeto de sociedade – ou seja, tem um claro alcance normativo estando associado a medidas governamentais de orientação social-democrata podendo se traduzir em iniciativas de caráter paliativo ou filantrópico em países do Terceiro Mundo.

Assim, cabe questionar se este conceito pode ser empregado para orientar a discussão sobre a realidade latino-americana, sobre políticas públicas de redução das desigualdades e de promoção da cidadania plena. Como é possível promover a coesão social entre as diferentes classes em sociedades extremamente desiguais, em países que convivem com brechas sociais imensas? Como é possível promover relações harmoniosas em contextos marcados por sólidas e desproporcionadas estruturas de poder, as classes abastadas não aceitando reduzir minimamente seus privilégios?

O mesmo tipo de perguntas pode ser feito com relação às políticas públicas. Como elabora-las e aplica-las de maneira eficaz e socialmente justas? Como reduzir a desigualdade e eliminar a vulnerabilidade extrema? Como consolidar a democracia e promover a construção de sociedades equitativas? Como garantir o financiamento necessário buscando recursos, junto aqueles que os possuem em abundância?

São apresentadas a seguir algumas contribuições teóricas e metodológicas que tentam responder estas questões sob uma perspectiva que não é inteiramente nova, mas que, de modo geral, é pouco explorada política e academicamente. Existe um consenso internacional sobre a necessidade de reduzir as desigualdades por meio de ações específicas de combate à pobreza. Entretanto, cabe questionar se os pressupostos e o foco dessas ações não estão equivocados.

COESÃO ENTRE QUEM?

Para que a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada não seja apenas uma quimera é necessário se perguntar: coesão de quem e com quem? Os pobres podem ser solidários entre si, o mesmo acontecendo pragmaticamente entre os ricos, mas, é possível coesão entre segmentos muito díspares? Os empecilhos parecem sempre residir no lado da população pobre o que leva a analisar seus limites e potencialidades.

Existe no mundo inteiro um número expressivo de centros ou institutos de pesquisa dedicados ao estudo da pobreza. Organizações internacionais, públicas e privadas, universidades e centros independentes além de organizações não governamentais, produzem um volume extraordinário de dados e análises sobre as condições materiais e humanas da população classificada como miserável, pobre, vulnerável etc. Praticamente não existe nenhum aspecto que não tenha sido quantificado, analisado e avaliado. As dimensões sociais, políticas, psicológicas, educacionais foram objetos de estudos históricos, de perspicazes observações antropológicas, sociológicas ou econômicas. Histórias de vida, trajetórias, comportamentos, expectativas e projetos são apreciados segundo métodos quantitativos e qualitativos, com perspectivas localizadas ou longitudinais

A pobreza é um flagelo que afetou a humanidade desde sempre, mas, com o advento do capitalismo seu significado foi totalmente redefinido. As populações pobres antes toleradas ou reprimidas foram associadas à intolerável ociosidade, dando margem por um lado, a políticas radicais que lembravam a impiedosa sátira de Jonathan Swift (1973) e, por outro, a esforços para transformar os segmentos desfavorecidos se não em reservas de força de trabalho, pelo menos em consumidores potenciais. Como desde seus primórdios o capitalismo foi incapaz de gerar oportunidades de trabalho e renda para o conjunto da população, a existência de grandes contingentes desempregados passou a ser motivo de grande preocupação. Alguns como Malthus (1798) previam situações catastróficas, outros, como Engels (1892) buscavam analisar o processo de produção de pobreza pelo capitalismo.

O não desaparecimento da miséria motivou a realização de acurados estudos, sempre associados a intervenções públicas que oscilavam, como nos séculos anteriores, entre a *piedade e a força* (Geremek, 1986). Ora a ajuda benevolente, ora a repressão, ambas dependendo da correlação de forças entre as classes.

Com o aumento constante da miséria no final do século XIX as teorias racistas e da seletividade natural encontraram adeptos em vários países. O darwinismo social, associado ao liberalismo econômico clássico, destacava que as melhores posições obtidas na economia, na cultura e na vida social, tinham sido conquistadas na competição entre indivíduos ou grupos (raciais, étnicos, de classe etc.). Esta visão elitista baseada em falsos pressupostos meritocráticos, considera os vitoriosos como superiores e os demais, incapazes e inúteis. Nessa ótica, a pobreza deixa de ser um problema, uma vez que as condições materiais e lugares específicos na hierarquia social seriam “naturalmente” definidos, não carecendo de nenhuma intervenção governamental. Os pobres passam a ser considerados apenas um “caso de polícia”.

O crescimento da social democracia nos países norte-ocidentais altera este quadro e a ação pública volta a ser considerada indispensável. Proliferam os programas educacionais, as políticas de bem estar e os planos de assistência social. Os estudos acadêmicos se multiplicam em diferentes perspectivas. De teorias racistas como a de Charles Murray e R. Herrnstein (1994), passando por teses preconceituosas como a de Oscar Lewis (1961), até estudos altamente qualificados com os de Peter Townsend (1993), Bourdieu (1993) e tantos outros.

O surgimento da “nova pobreza”, inclusive nos países economicamente desenvolvidos, provocou a intensificação da pesquisa e a produção de uma impressionante quantidade de estudos empíricos e

teóricos impedindo que sejam indicadas as referências bibliográficas, pois elas ocupariam algumas centenas de páginas.¹

Na sua quase totalidade, estas análises científicas estão corretas e apontas para medidas práticas que poderiam beneficiar rapidamente a população pobre. Os estudos são, de modo geral, bem intencionados e sensatos. As políticas públicas planejadas buscam reduzir desperdícios e aumentar a eficiência e a eficácia das ações, na maior parte das vezes, com boa vontade e sinceridade. Porém, desconsideram um elemento óbvio: riqueza e pobreza fazem parte do mesmo processo econômico e social; embora não seja direta e imediata, a dimensão relacional é o elemento mais importante a ser considerado na estruturação de situações heterogêneas.

Isso nos leva a considerar um componente indispensável para viabilizar uma hipotética coesão social: as classes abastadas. A população pobre é normalmente analisada em todos os detalhes, porém, de maneira geral, considerada como autoreferente, autosuficiente e auto-explicativa. O conhecimento aprofundado desta população permitirá definir políticas públicas importantes para os indivíduos beneficiados, mas que, dificilmente, alterarão a correlação de forças e tampouco diminuirão as distâncias sociais entre o pólo riqueza e o pólo pobreza. Abstraindo as características do 'pólo riqueza' e ignorando os mecanismos pelos quais ele se apropria da riqueza social, o estudo e a intervenção sobre a pobreza correspondem a exercícios inócuos.

A RIQUEZA DESCONHECIDA

As teses sintetizadas a seguir são retomadas da obra *Producción de Pobreza y Desigualdad en América Latina* (Cattani e Cimadamore, 2008) e do dossiê Riqueza & Desigualdade, (Revista Sociologias nº 18). Elas têm como referência teórica explícita os trabalhos de Pinçon e Pinçon-Charlot (2004, 2007) e no que concerne às relações de poder e, particularmente, a questão da escala do poder, a obra de Wright Mills (1956).

Habitualmente, as classes abastadas, os detentores das grandes fortunas permanecem ignorados. É como se não existissem e, pior, como se não tivessem nada a ver com a estrutura de distribuição de renda, como se a origem da sua riqueza fosse espontânea ou autogerada, portanto, legítima e não precisando ser incorporada na análise das situações de pobreza. O fato delas não serem consideradas não significa que elas não sejam importantes. É exatamente o contrário. A ignorância sobre as classes abastadas faz parte da estratégia de domi-

1 Uma seletiva bibliografia pode ser encontrada na obra de Sonia Álvarez Leguizamón (2008).

nação. Como afirmava Basil Bernstein (1988), “a ignorância da forma pela qual o poder age é a parte essencial da sua eficácia”.

Vários estudos apontam para a crescente distância entre ricos e pobres, devido à acelerada concentração da riqueza pelos segmentos mais abastados. A América Latina, o continente mais desigual do planeta, bate recordes neste sentido. Nos últimos 20 anos, o controle por parte de minorias sobre a riqueza social aumentou em praticamente todos os países e as pequenas reduções observadas depois de 2005 (CEPAL, 2009) não são estruturais. A redução do número de pobres e miseráveis graças a políticas públicas não alterou substancialmente a correlação de forças entre as classes.

Diferentemente de grande parte da África, o continente latino-americano sempre foi muito rico. Desde a época colonial, vários ciclos econômicos importantes asseguraram uma fantástica produção de riqueza, o problema se situando na altamente concentrada e personalizada apropriação do excedente. Segmentos minoritários sempre conseguiram desenvolver estratégias de acumulação primitiva para transferir a riqueza socialmente produzida para as mãos de poucos. Depois de certo tempo, as fortunas constituídas de forma ilegal eram normalizadas e legitimadas (Rosa, 2006).

Ao longo dos últimos 200 anos, esse fenômeno se intensificou em todo o continente com destaque para os momentos nos quais a correlação de forças era desfavorável aos setores populares como o que ocorreu nas duas últimas décadas do século XX. Exploração intensificada do trabalho assalariado, desnacionalizações, desregulamentação e especulação financeira, transferências de ativos etc. permitiram a extração e apropriação de volumes extraordinários de mais valia (Arceu y Basualdo, 2006).

Crise e recessão, desenvolvimento econômico e vantagens comparativas momentâneas, crise financeira e reorganização do capitalismo internacional: todos esses processos podem afetar negativamente as classes menos favorecidas e os segmentos médios, mas, de modo geral, beneficiam ou protegem os detentores das altas fortunas. O exemplo de um grande empresário sul americano pode servir de ilustração. Antes da crise financeira de 2008, o argentino Pérez Companc possuía um patrimônio avaliado em dois bilhões de dólares. Na eventualidade da crise ter provocado perdas de, por hipótese, 20%, Don Gregório teria o montante do seu capital produtivo e de suas propriedades reduzido a um bilhão e seiscentos milhões de dólares. Ou seja, apesar das perdas, a riqueza substantiva continua sendo fantasticamente alta. O mesmo acontece com a maioria dos bilionários, revelando uma dimensão essencial nas relações entre riqueza e pobreza: a desproporção entre a solidez financeira garantida pela posse de patrimônio, rendas e privilé-

gios de alguns poucos e a vulnerabilidade daqueles que dependem de salários, pensões ou que, simplesmente, não possuem patrimônio.

Mesmo que ocorram programas sociais e investimentos para aliviar a situação dos mais pobres –aqui o verbo correto é aliviar e não resolver–, mesmo que sejam feitos donativos universais, bolsas família, auxílios estatais individuais ou coletivos, a soma de tudo isso representa algumas migalhas na proporção de vantagens públicas e privadas recebidas pelas classes abastadas.

Algumas brevíssimas referências permitem destacar situações que concernem as classes abastadas em termos de vantagens que vão além da apropriação convencional na mais valia na esfera da produção.

Durante as décadas de sessenta e setenta, segmentos da alta burguesia tiveram seu patrimônio aumentado graças a vantagens excepcionais asseguradas pelo favorecimento dos regimes militares. Ocorreu o mesmo durante a onda neoliberal dos anos oitenta e noventa, mas, desta vez, os acréscimos patrimoniais foram obtidos por meio das privatizações de empresas e dos serviços público em condições e valores lesivos ao patrimônio público (Biondi, 2000; Ferreira, 2001). Casos como o de Carlos Slim no México, de Roger Agnelli no Brasil, de Sebastián Piñera no Chile ou de Londoño Saldarriaga de Colômbia, se multiplicaram por todo o subcontinente. É importante destacar que por traz destes processos não existem instituições abstratas, mas indivíduos em carne e osso que, além do campo econômico atuam na esfera da política e da cultura.

Durante décadas os países latino-americanos pagaram bilhões de dólares em juros das dívidas externa e interna. Se o que ocorria no Brasil (Gonçalves, 2003) for válido para outros países, é possível afirmar que mais de 70% deste montante foi pago para cidadãos locais que representavam menos de 1% da população mais rica. Ano após ano foram pagos dezenas e dezenas de bilhões de dólares para rentistas o que corresponde a um valor imensamente superior a todos os programas sociais que beneficiam de 30 a 50% da população, ou seja, milhões de pessoas pobres e miseráveis.

Tomando novamente o Brasil como exemplo, constata-se que as estruturas tributárias e previdenciárias penalizam pequenos e médios empresários, baixos e médios salários enquanto propiciam privilégios que beneficiam grandes corporações e altas fortunas (Unafisco, 2009). O mesmo acontece com o regime de pensões e aposentadorias: o que deveria ser um instrumento de redistribuição de renda para os mais desfavorecidos se constitui em repasses privilegiados para indivíduos já abonados (Nicholson, 2007).

As breves indicações anteriores mostram que nas situações políticas mais diversas os segmentos economicamente poderosos conse-

guem agenciar expedientes extra esfera produtiva para reforçar suas posições de poder e, conseqüentemente, ampliar seu domínio sobre a sociedade. Em face de tais posições –tão seguras e tranqüilas–, as propostas de coesão social são risíveis. A prova é dada pelo nível de consumo corrente das famílias milionárias na América Latina contrastando acintosamente com a situação de pobreza de milhões sujeitos e à vulnerabilidade extrema; enquanto alguns poucos não sabem mais como gastar tanto dinheiro, esterilizando milhões de dólares em jóias, automóveis e objetos de arte, mansões etc. mais metade da população, em média, sobrevive abaixo da linha da miséria (Revista Sociologias, 2007).

Outro aspecto relevante a ser considerado no que concerne o interesse das classes abastadas pela coesão social é sua crescente internacionalização. Tanto no que diz respeito a hábitos e cultura quanto a negócios, os milionários latino-americanos seguem as normas do *jet set* mundial pouco afeito a vínculos nacionais ou a compromissos patrióticos. O pragmatismo quanto às melhores oportunidades de negócios e de vida leva esses setores a desprezar os sentimentos de pertencimento a um país e a pouco se preocupar com as condições locais. Em face do internacionalismo “sem pátria e sem padrão” dos ricos, Stephen Haseler (2000: 23) lembra o aforismo de George Orwell, “os pobres são os únicos patriotas”.

Estas breves referências indicam uma dificuldade incontornável para se pensar a coesão social. Não só a brecha social é muito grande, como os detentores das grandes fortunas se recusam determinadamente a abrir mão dos ganhos e, sobretudo, da propriedade, seja ela qual for, produtiva, especulativa ou rentista. Mesmo reconhecendo a pobreza como algo inaceitável, eles não se consideram responsáveis e atribuem ao Estado o dever de solucionar a questão (Reis, 2000). Ao mesmo tempo, lutam arduamente contra qualquer aumento de impostos mesmo quando destinados aos programas sociais. Pinçon et Pinçon-Charlot (2004) sustentam que os ricos são a única classe em si e para si enquanto as demais estão fragmentadas e politicamente dispersas.

O mesmo ocorre com relação à redução de privilégios e à taxaço de altas fortunas. Mesmo tímidas tentativas de alguns governos progressistas neste sentido são combatidas com ferocidade e com alegações estapafúrdias sobre fuga de capitais, sobre “atentados socialistas” contra a livre iniciativa e o direito de propriedade (Burkhardt, 2010).

SAPERE AUDE

O conhecimento sobre os pobres é relativamente fácil de ser obtido e as modalidades para obtê-lo e discuti-lo possuem legitimidade social e acadêmica incontestável. Pré-requisito na definição de políticas públi-

cas, o estudo da pobreza é percebido como indispensável para encontrar as melhores soluções na utilização dos recursos e para garantir a participação democrática dos beneficiados. O inverso não ocorre. O estudo dos milionários não é bem visto na academia, raramente obtém financiamento para pesquisas mais aprofundadas e em difícilmente será feito com a aquiescência dos envolvidos.

O acesso à realidade dos setores mais abastados é dificultado por razões objetivas e subjetivas. Em termos práticos, a riqueza é protegida pelo sigilo bancário, pelos estratagemas contábeis que ocultam os valores reais do patrimônio e das rendas. Em muitos casos, o acesso aos dados fidedignos das empresas ou dos indivíduos é impossível. Mas, a dificuldade maior provém de outra ordem de fatores: a riqueza está sempre envolta numa aura de respeitabilidade e de legitimidade raramente contestada pelas ciências sociais. Ela é considerada uma solução, e não um problema.

Pinçon e Pinçon-Charlot (2007) falam da “timidez” do cientista social lembrando aspectos inibidores em pesquisas desta natureza: a equivocada deontologia dos cientistas sociais que perscrutam com acuidade a vida dos pobres, mas consideram inadequado fazer o mesmo com os ricos; e o efeito inibidor que a riqueza exerce sobre o pesquisador que se sente em posição de força quanto investiga os pobres. Considerando-se todas essas circunstâncias, pode-se falar tanto da falta de audácia do cientista social como de uma ciência social ingênua e acanhada.

Embora complexa e sempre dificultada por razões objetivas e ideológicas, a análise aprofundada dos indivíduos situados no topo da estratificação socioeconômica apresenta as seguintes possibilidades: a) pensar a estrutura social como um todo integrado e articulado, o pólo pobreza como não dissociado do pólo riqueza. Considerando-se as dimensões relacionais entre ambos é possível desvelar os reais processos de apropriação e de transferência de renda; b) questionar as posições econômicas e sociais privilegiadas ponderando em que medida elas resultam de processos meritocráticos ou são frutos de estratégias de dominação econômica, ideológica e social; c) desenvolver a crítica sobre a pretensa racionalidade dos processos econômicos contemporâneos marcados por diferenças de escala que definem privilégios, força e poder para uma minoria.

Esta última questão remete a um ponto pouco explorado. O capital não é uma abstração, ele não está diluído no espaço indiferenciado das empresas. Os super-ricos são a encarnação identificável de parte dos agentes que comandam o processo de exploração do trabalho e os processos políticos que permitem a extração do valor. Serão exatamente estes agentes que bloquearão por todos os meios possíveis

as tentativas de reformas que impliquem redistribuição de renda e redução de privilégios.

A apreensão destas dimensões pode contribuir para o conhecimento dos processos sociais que permitem contra-atacar a apropriação privada desmedida da riqueza socialmente produzida, reduzindo assim, as desigualdades socioeconômicas mais graves e tornando possível, não uma idílica coesão social, mas uma sociedade mais justa.

Em resumo: as grandes fortunas correspondem a situações de poder que asseguram a exploração continuada na esfera da produção e, também, a apropriação de recursos através da esfera pública (privilégios fiscais, regalias tributárias, financiamentos subsidiados etc.) sem falar nos mecanismos escusos das fraudes corporativas (Cattani, 2009).

Os esforços de retirar das situações de marginalidade, de vulnerabilidade ou de pobreza serão paliativos localizados se não forem alterados os processos que produzem e reproduzem essas mesmas situações. As imensas brechas que existem entre as classes fazem com que as propostas de coesão social não passem de belas palavras, de promessas bem intencionadas de uma sociedade harmônica e justa, porém, *Verum velle, parum est*.

BIBLIOGRAFIA

- Álvarez Leguizamón, Sonia 2008 *Pobreza y desarrollo en América Latina* (Salta: Universidad Nacional de Salta).
- Álvarez Leguizamón, Sonia 2005 *Trabajo y producción de pobreza en América Latina y el Caribe* (Buenos Aires: CLACSO).
- Arceu, Enrique y Basualdo, Eduardo 2006 *Neoliberalismo y sectores dominantes* (Buenos Aires: CLACSO).
- Berstein, Basil 1988 *Poder, Educación y Consciencia* (Santiago de Chile: CIDE).
- Biondi, Aloysio 2000 *O Brasil privatizado* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Boltvinik, Julio y Damián, Araceli (2004) *La pobreza en México y el mundo* (México: Siglo XXI).
- Bourdieu, Pierre 1993 *La misère du monde* (Paris: Le Seuil).
- Burkhardt, Fabiano 2010 "Tributação e reprodução da riqueza no Brasil: o caso do Imposto sobre Grandes Fortunas". Porto Alegre, inédito.
- Cattani, Antonio David 2009 "Fraudes corporativos y apropiación de la riqueza" en *Convergencia* (Toluca), Vol. 16, N° 51.
- Cattani, Antonio David e Cimadamore, Alberto 2008 *Producción de pobreza y desigualdad en América Latina* (Buenos Aires/Bogotá: CLACSO/Siglo del Hombre).

- CEPAL 2009 *Panorama Social de América Latina* (Santiago de Chile: CEPAL).
- Del Valle Inclán, Ramón 1920 *Divinas Palabras* (Madrid: Yagües).
- Engels, Friedrich 1892 (1844) *The condition of the Working Class in England* (London: Swan Sonnenschein).
- Ferreira, Alceu (comp.) 2001 *A trama da privatização* (Florianópolis: Insular).
- Geremek, Bronislaw 1986 *La pietà e la forza* (Bari: Laterza).
- Gonçalves, Reinaldo 2003 *A herança e ruptura*. (Rio de Janeiro, Garamond).
- Haseler, Stephen 2000 *The Super Rich. The unjust new world of Global Capitalism* (Londres: MacMillan).
- Lewis, Oscar 1961 *La cultura de la pobreza: cinco familias*. (México: FCE).
- Malthus, Thomas 1798 *An Essay on the Principle of Population* (Londres: Johnson).
- Milano, Serge 1992 *La pauvreté dans les pays riches* (Paris: Nathan).
- Murray, Charles y HERRNSTEIN, Richard (1994) *The Bell Curve* (Nova York: Free Press).
- Nicholson, Brian 2007 *A previdência injusta* (São Paulo: Geração).
- Pinçon, Michel y Pinçon-Charlot, Monique 2007 “Sociologia da alta burguesia” en *Sociologias* (Porto Alegre), Vol. 9, N° 18.
- Pinçon, Michel e Pinçon-Charlot, Monique 2003 *Sociologie de la bourgeoisie* (Paris: La Découverte).
- Reis, Elisa 2000 “Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade” *RBSC* (São Paulo), Vol. 15, N° 42.
- Revista *Sociologias* 2007 (Porto Alegre: UFRGS/PPGS), N° 18, Agosto-Dezembro.
- Rosa, José Maria 2006 *Porteños ricos & Trinitarios pobres* (Buenos Aires: Maizal).
- Swift, Jonathan (1729) “A Modest Proposal: For Preventing the Children of Poor People in Ireland from Being a Burden to Their Parents or Country, and for Making Them Beneficial to the Publick” em *The Writings of Jonathan Swift* (New York: Norton).
- Townsend, Peter 1993 *The international analysis of poverty* (Londres: Harvester Wheatsheaf).
- UNAFISCO 2009 *Desigualdade de renda e progressividade do imposto de renda* (Rio de Janeiro: Sindicato nacional dos auditores fiscais), Nota técnica N° 13.
- World Bank 2004 *Inequality in Latin America*. (Washington: World Bank)
- Wright Mills, Charles 1956 *The Power Elite* (Oxford: Oxford Press).